

Escolha pelas mulheres e pelas crianças – Como cobrir Primeira Infância e Eleições



nós.
um jeito de ver o mundo



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

Índice

-
- 03** *Apresentação*
-
- 05** *Qual é o papel do jornalismo na primeira infância?*
-
- 06** *Primeira infância em números*
-
- 07** *Princípios para uma boa cobertura*
-
- 11** *Quais são os marcos legais dos direitos das crianças?*
-
- 14** *Educação Infantil: o básico para começar*
-
- 15** *Como entrevistar crianças*
-
- 16** *Economia do cuidado: as mães não são guerreiras, estão desassistidas*
-
- 19** *Propostas para as eleições*
-
- 22** *Plataforma Primeira Infância Primeiro – como extrair dados*
-
- 23** *Mural de experiências: confira os exemplos práticos*
-
- 37** *Guias temáticos e Fontes*
-
- 39** *Agradecimentos*

Olá,

Você está recebendo este material porque participou da formação “Escolha pelas crianças e pelas mulheres” do **Nós, mulheres da Periferia** em parceria com a **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal**.

Foi um prazer ter você conosco. Este material é um complemento ao que vimos durante o curso. Estamos prestes a escolher governadores(as) pelos estados e deputados(as), tanto estaduais quanto federais e, para nós, pensar no bem-estar de mães e crianças é o principal ponto de partida para sonharmos um futuro melhor para todos e todas. Se nós não estivermos saudáveis hoje, não haverá o amanhã. Nós, mulheres, mães e crianças, somos o presente.

Nas rodas de conversa sobre infância fora das telas, é comum ouvirmos sobre a importância dos cuidados com os bebês; o tipo de parto que a família escolhe; vagas nas creches, o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, o sono do bebê; informações sobre fraldas, brinquedos e brincadeiras e alimentação dos bebês. Mas esquecemos, muitas vezes, que todas essas dimensões estão absolutamente relacionadas com as políticas públicas e os determinantes sociais e econômicos para o desenvolvimento pleno de uma criança.

Estamos em um momento crucial de decisão para mudarmos este cenário e o jornalismo exerce um papel essencial para o debate. A ação “Escolha pelas crianças e pelas mulheres” pretende levar repertório à população sobre como escolher aqueles que vão nos representar.

Com os conteúdos, queremos que as leitoras e os leitores de nossos veículos reflitam sobre as seguintes perguntas: o que os planos de governo trazem sobre e para as crianças? Quantas vezes as crianças e as mulheres são mencionadas em debates e campanhas? Quais propostas efetivas são apresentadas pelos(as) candidatos(as) para garantir uma real qualidade de vida para as futuras gerações? O que analisar em cada discurso?

Sabemos que esse é um assunto interseccional e, por isso, não há a pretensão de fazer deste um material definitivo. A ideia é trazer elementos de inspiração para quem produz jornalismo local e independente e cria notícias a partir de suas vivências nos territórios.

Queremos compartilhar também o nosso “jeito de ver o mundo”, sempre comprometido em mostrar os acontecimentos do Brasil a partir de uma leitura plural, antirracista e não patricarcal. Entendemos que ouvir as mulheres negras como fontes prioritárias, escrever outras histórias e registrar narrativas além da grande mídia também é um modo de construir uma sociedade menos desigual.

Nestas Eleições e sempre, queremos democratizar o debate público e aproximá-lo da realidade brasileira, que tem uma população majoritariamente formada por mulheres negras.

A proposta aqui é, depois de passar por nossas formações e ler todas as sugestões de materiais (lá no final deste material tem uma lista) a gente possa seguir para a parte prática.

Vamos juntas(os)?

São Paulo, 2022

Mayara Penina, mãe, jornalista e cofundadora do Nós, mulheres da periferia

Qual é o papel do jornalismo na primeira infância?

O jornalismo pode e deve lançar luz sobre o desempenho dos agentes públicos, investigando quanto os interesses da população estão efetivamente sendo colocados em primeiro plano. É possível dar visibilidade a soluções inovadoras para problemas que afetam os direitos das crianças e das mulheres;

- ▶ Podemos oferecer informações diversas e plurais para que os cidadãos façam escolhas com segurança. Nossas fontes e histórias trazem a possibilidade dos leitores(as) conhecerem os vários mundos e pontos de vista sobre o assunto;
- ▶ Nossos veículos e canais podem proporcionar um fórum público para o diálogo entre cidadãos, por meio de abordagens plurais e interdisciplinares para as diversas questões;
- ▶ Campanhas como a “Escolha pelas crianças e pelas mulheres” podem oferecer diferentes perspectivas políticas e mobilizar pessoas para atuar em prol dos direitos humanos.

Primeira infância em números

A primeira infância, como chamamos o período que vai do zero aos seis anos de idade, é crucial não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas para o crescimento do país e a redução da desigualdade social, como apontam diversos estudos. A atenção à primeira infância deve ser prioridade nas políticas públicas brasileiras. Na Biblioteca da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal ([clique aqui](#)) há uma série de estudos que podem embasar sua cobertura. Destacamos alguns:

- ▶ Existem **20.599.729** crianças de até seis anos de idade no Brasil, o que corresponde a **10% da população total** (208.494.900);
- ▶ O número de indivíduos na primeira infância no nosso país é maior do que a população inteira do Chile (18 milhões), ou duas vezes a população total de Portugal (10,3 milhões);
- ▶ O número de crianças de até 3 anos no Brasil é de **11.845.593** (IBGE 2018), uma população maior que países como Portugal e de toda a Suécia (9,9 milhões).

Fonte: Primeira Infância em Pauta

Princípios para uma boa cobertura

Antes de iniciar qualquer apuração para uma reportagem devemos lembrar que:

- ▶ Crianças são sujeitos de direitos, assim como qualquer outro cidadão. A infância precisa ser nomeada e visibilizada para garantir a proteção dos seus direitos como deveríamos fazer com qualquer grupo social;
- ▶ No Brasil, o racismo se impõe como elemento constitutivo da sociedade, devido à herança da escravidão – e que é atravessada por fatores adicionais de produção de desigualdades, em função de classe social, identidade de gênero, sexualidade, deficiência, entre outras –, também a faixa etária da população tem se traduzido em maior vulnerabilidade;
- ▶ Lembre-se do conceito de educação integral, a concepção compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais;

- ▶ O termo primeira infância ainda não faz parte do senso comum, por isso é importante defini-lo nos textos. Ao comunicar sobre essa fase, informe que ela se refere ao período que vai do nascimento da criança até os seis anos de idade;
- ▶ Ao falar sobre primeira infância, procure escutar as crianças e mostrar, por meio de imagens ou texto, o que elas pensam. Leve em conta seus pontos de vista e considerações em atividades, políticas públicas e propostas pedagógicas nas escolas ou mesmo nas brincadeiras. A participação infantil também é um direito garantido em lei;
- ▶ As crianças são o presente, por isso é importante ter seus direitos assegurados, para que assim se desenvolvam integralmente no agora. Mas é importante usar o futuro como argumento. Investir na primeira infância é investir no futuro da nossa sociedade. Oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento nessa fase inicial da vida é mais eficaz e gera menos custos do que tentar reverter os efeitos ou problemas mais tarde;
- ▶ Evidências: sempre tente relacionar os conteúdos e levar ao conhecimento do público a legislação, como a Constituição Federal, o Marco Legal e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Além disso, vale sempre incluir parâmetros oficiais nas matérias, como relatórios, guias e cartilhas, como os documentos da OMS (Organização Mundial de Saúde), SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria), Ministério da Saúde, entre outros. (Com exceção do Marco Legal pela Primeira Infância ([disponível na íntegra aqui](#)), todas as principais leis e convenções

da ONU relacionadas à primeira infância estão disponíveis no site do [Unicef](#);

- ▶ Não se limite a apenas divulgar os números e resultados das pesquisas. É preciso interpretar os dados. Trazer leituras e contextos ao grande público é nosso papel, tornando as informações mais interessantes e facilitando o entendimento. Da mesma forma, não individualize problemas sociais, como miséria, baixa escolarização, falta de moradia, entre outros. Sempre que possível, mencione o contexto em que a criança vive;
- ▶ Opte por uma cobertura jornalística que não apenas exponha situações de violação de direitos da criança, e não se limite a denunciar, mas que procure um equilíbrio, sempre trazendo soluções propositivas para as questões;
- ▶ Ao abordar as relações familiares, lembre-se de dizer que não há um modelo único de família. Há diferentes núcleos e combinações das mais variadas – o importante é saber que uma evolução saudável na primeira infância está ligada à forma como os membros da casa interagem e não com o tipo de configuração familiar. Dentro de um núcleo amoroso, com estímulos, limites e atenção, toda criança pode se desenvolver plenamente;
- ▶ Não se esqueça do pai e evite fazer comunicações direcionadas somente às mães. É preciso reforçar a importância do envolvimento do pai no cuidado com os filhos. E atenção na escolha das palavras: pai não “ajuda” ou “auxilia” a mãe, ele participa da criação das crianças;

- ▶ O Artigo 227 da Constituição diz que a criança é prioridade absoluta e é dever do Estado, da família e da sociedade zelar por seus direitos. Sendo assim, nosso desafio como jornalistas é de também comunicar para quem não tem filhos, a infância é assunto de todos;
- ▶ Reforce a individualidade: lembre-se que não é possível padronizar e tratar todas as crianças igualmente. Cada uma delas é um ser único e individual;

Preocupe-se com a inclusão: a comunicação deve ser inclusiva em todos os aspectos. Lembre-se de falar a todos os gêneros, a pessoas com e sem deficiência, a diferentes etnias e a diversos níveis socioeconômicos e culturais.

Quais são os marcos legais dos direitos das crianças?

Artigo 227: Criança é prioridade absoluta

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (*Artigo 227, Constituição Federal*)

O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 julho de 1990, é considerado um marco para os direitos fundamentais de crianças e adolescentes brasileiros e um importante exemplo a ser seguido internacionalmente. O ECA é o conjunto de normas gerais válido para todo o Brasil e para todas as crianças e adolescentes. Define seus direitos e deveres, assim como os direitos, deveres e obrigações do Estado, da família e da sociedade. O Estatuto adota

a doutrina de proteção integral à criança e o adolescente e, por isso, mudou radicalmente a orientação dada ao atendimento à população infanto-juvenil em relação à legislação anterior (o Código de Menores), que possuía caráter repressor.

Marco Legal da Primeira Infância:

Desde 8 de março de 2016, o Brasil tem uma lei específica que estabelece diretrizes para políticas públicas e garantias específicas para crianças de zero a seis anos, o Marco Legal da Primeira Infância. Algumas das propostas da lei:

- ▶ Garantir às crianças o direito de brincar;
- ▶ Priorizar a qualificação dos profissionais sobre as especificidades da primeira infância;
- ▶ Reforçar a importância do atendimento domiciliar, especialmente em condições de vulnerabilidade;
- ▶ Ampliar a licença-paternidade para 20 dias nas empresas que aderirem ao programa Empresa Cidadã;
- ▶ Envolver as crianças de até seis anos na formulação de políticas públicas;
- ▶ Instituir direitos e responsabilidades iguais entre mães, pais e responsáveis;
- ▶ Prever atenção especial e proteção a mães que optam por entregar seus filhos à adoção e gestantes em privação de liberdade.

Metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Em 2015, os 193 países que compõem a ONU (incluindo o Brasil) se comprometeram a implementar um plano de ação global que inclui medidas como eliminar a pobreza extrema e a fome, promover a paz, dar uma educação de qualidade a meninas e meninos e proteger o planeta. Essa ambiciosa agenda é formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cada um com suas metas próprias, que devem ser colocados em prática até 2030.

A meta que trata especificamente dos primeiros anos de vida está no ODS 4 (Educação de Qualidade) e afirma que é preciso “garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário”.

Mesmo alguns dos objetivos (ODS) não mencionando diretamente crianças menores de 6 anos, o Unicef reitera que todos são relevantes para o desenvolvimento e o futuro delas, especialmente para proteger seus direitos. A agência da ONU afirma que os ODS “são uma oportunidade histórica para melhorar os direitos e o bem-estar de cada criança, especialmente as mais desfavorecidas” e deixa claro que sem oportunidades justas para as meninas e meninos não há desenvolvimento sustentável.

Educação Infantil: *o básico para começar*

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica regular. É oferecida em creche e pré-escola com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) , a Educação Infantil atende crianças de até seis anos de idade, mas com a publicação da Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que instaura o ensino fundamental com duração de nove anos, a educação infantil passa a atender crianças de até cinco anos.

Como entrevistar crianças

No Brasil, a participação das crianças está prevista, desde 1989, na Convenção dos Direitos das Crianças da ONU, do qual o Brasil é signatário, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Ambos documentos apontam para a necessidade de escutar a criança sobre todos os processos e ações que lhe concernem. Em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância também apontou a importância de se promover a participação das crianças.

- ▶ Não entrevistamos crianças para perguntar sobre a violência sofrida. Isso gera “revitimização” e sofrimento, além de uma exposição desnecessária que faz a criança reviver o trauma;
- ▶ Não peça para a criança encenar ou falar sobre coisas que não aconteceram, a fim de evitar estereótipos e abordagens sensacionalistas;
- ▶ Seja tolerante: as crianças devem ter a liberdade de determinar, depois da entrevista, o que deve ou não entrar na matéria, alterando ou excluindo o que decidirem;
- ▶ Sempre peça primeiro autorização aos responsáveis pela criança.

Fonte: *“Entrevistando Crianças - Education Writers Association*

Economia do cuidado: as mães não são guerreiras, estão desassistidas

As mulheres são, historicamente, as maiores responsáveis por fazer viver e sobreviver uma criança, e devem ser entendidas como ponto central nas discussões e ações relacionadas às políticas públicas de toda a nossa sociedade.

Ao abordar o tema da maternidade em suas produções, é importante atentar-se de que há diversas experiências de maternidades e infâncias e que devemos levá-las em conta de forma interseccional, levando em consideração raça, classe, cultura, etnia, orientação e identidade sexual, capacidade física, idade e localização geográfica.

É importante também entender a maternidade e a experiência do cuidado como lugar de luta para uma efetiva transformação social. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 93% das trabalhadoras domésticas da América Latina e Caribe são mulheres. A mulher, especialmente a mulher negra, dedica muitas horas de seu dia ao cuidado da casa, da criança e de outras pessoas da família. Logo, tem



menos tempo para participações em questões públicas e para seu desenvolvimento pessoal.

Em suas reportagens, tente questionar “que tipo de cuidado essa mulher, mãe, pode oferecer ao seu (próprio) filho(a), enquanto ela desempenha funções de cuidado em outros espaços?”. “Com quem a criança fica quando essa mulher sai para trabalhar?”. Nossos conteúdos precisam construir novas narrativas que valorizem o trabalho de cuidado e não reproduzam estereótipos racistas e machistas de mulheres que exercem essas atividades.

Educar um novo ser humano é trabalho de todos e não apenas das mães e cuidadoras. Como as empresas e governos podem mudar o cenário que temos hoje?

Setor Público

Garantir creche e escola, com critérios que observem gênero e raça; elaborar políticas públicas que incentivem e promovam a conciliação entre trabalho e o exercício da parentalidade; implementar programas de conscientização e políticas de responsabilização dos pais sobre abandono parental Incluir termos na CLT a respeito da proteção e amparo dos trabalhadores que também exercem trabalhos de cuidado; promover escolas integradas com a comunidade para que a família e responsáveis pelo cuidado possam ter neste espaço refeições, serviços de saúde, academia, biblioteca, etc.

Setor Privado

Garantir uma política integrada de parentalidade, a fim de pensar estágios de cuidado: licenças remuneradas, cuidados pré e pós-natal, auxílio para contratação de cuidadores; Políticas de cuidado para todas as idades e especificidades (crianças, pessoas com deficiência,

idosos, mulheres trans, etc.): criar programas específicos para diferentes necessidades, priorizando o cuidado; facilitar o trabalho remoto com ferramentas de gestão, equipamentos adequados (internet, computadores, celulares) e horários flexíveis que permitam a conciliação.

Indivíduos

Criar uma comunidade integrada; fortalecer vínculos com vizinhos e comunidade próxima, a fim de criar redes de cooperação para pais que precisam de cuidado com crianças, pessoas idosas que precisam de ajuda na vida cotidiana; mulheres em situação de violência que precisam de abrigo ou acessar algum serviço de acolhimento; redes de apoio e transporte para crianças, pensando em sistemas de carona, grupos de caminhada e uso do transporte público, para facilitar a logística de responsáveis por crianças em idade escolar.

Fonte: Lab Economia do Cuidado - Think Olga

Propostas para as eleições

A Agenda 227 é um movimento criado por organizações da sociedade civil com o objetivo de garantir que crianças e adolescentes estejam no centro do debate durante as eleições de 2022.

A iniciativa formulou um conjunto de propostas de ações, que serão apresentadas aos presidentiáveis, buscando sua incorporação nos respectivos planos de governo e o compromisso permanente com sua execução a partir de 2023.

Embasadas em indicadores socioeconômicos e análises de contexto, essas propostas tomam como referência três eixos principais: o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Legal da Primeira Infância e leis correlatas; as metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; e aspectos estratégicos para a agenda da inclusão, diversidade e interseccionalidade, refletindo as múltiplas infâncias e adolescências presentes no país.

Ao todo, 148 propostas foram concebidas, identificando problemas e apontando soluções. Se adotadas pela administração federal a partir de janeiro de 2023, essas medidas terão o poder de impulsionar



as políticas de atenção ao público infantil e adolescente a outro patamar – contribuindo, assim, para o desenvolvimento do país tanto a curto como a médio e longo prazos.

Atual cenário da crise brasileira

Indicadores econômicos, sociais e ambientais do Brasil recentes apontam para um cenário de múltiplas crises, em que crianças e adolescentes tendem a ser as vítimas mais vulneráveis e numerosas.

- ▶ **60,8%** foi a média de cobertura vacinal no Brasil em 2021, ante 95,1% em 2015;

Fonte: Levantamento de O Globo junto ao Ministério da Saúde

- ▶ **30%** das crianças indígenas brasileiras são afetadas por desnutrição crônica;

Fonte: UNICEF Brasil

- ▶ **653 mil** crianças de até 5 anos abandonaram a escola entre 2019 e 2021;

Fonte: Inep/MEC

- ▶ **244 mil** crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estavam fora da escola em 2021;

Fonte: Todos pela Educação, a partir da PNAD Contínua

- ▶ **35 mil** crianças e adolescentes sofreram mortes violentas nos últimos 5 anos; Entre adolescentes, 80% eram negros;

Fonte: UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

- ▶ **180 mil** crianças e adolescentes sofreram violência sexual nos últimos 4 anos.

Fonte: UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

- ▶ **47,1%** dos domicílios com crianças menores de 5 anos sofreram com insegurança alimentar em 2019;

Fonte: Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil

- ▶ **1 bilhão** de pessoas de 0 a 18 anos de todo o mundo estão expostas aos efeitos das mudanças climáticas. O Brasil concentra áreas de risco de médio a alto frente a esse fenômeno.

Fonte: UNICEF

Plataforma Primeira Infância Primeiro – como extrair dados

O Brasil vive uma escassez de dados públicos acessíveis e uma distribuição fragmentada das fontes de informação, o que dificulta sua consulta. Neste contexto, o projeto Primeira Infância Primeiro (PIP) se apresenta como uma plataforma de visualização e análise de dados, de forma acessível e gratuita, para apoiar no desenvolvimento de políticas públicas para a primeira infância baseadas em evidências.

Elaborado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com o apoio da Datapedia, o site reúne mais de 30 indicadores relacionados à primeira infância, para que candidatos e gestores municipais, estaduais e federais obtenham diagnósticos atualizados sobre a situação das crianças e famílias brasileiras.

Os indicadores foram escolhidos conforme a metodologia “Nurturing Care” (criação e cuidado, em tradução livre), estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Unicef e Banco Mundial, e abrangem cinco eixos do desenvolvimento infantil: saúde, segurança e proteção, nutrição, educação e parentalidade.

Em 2022, apresenta três novas ferramentas de suporte ao gestor público e ao jornalista: mapas interativos, blocos comparativos que permitem contextualizar resultados locais e um painel diagnóstico, que evidencia os pontos fortes e os pontos de atenção de todos os municípios por análises nacionais e estaduais.

Mural de experiências: confira os exemplos práticos





Por que precisamos de uma Semana de Apoio à Amamentação Negra?

| Nós, mulheres das periferia

Psicóloga e consultora em amamentação, Fernanda Lopes, e a pediatra Tiacua Fazendeiro, mulheres negras, criaram a Semana da Amamentação Negra no Brasil. A matéria faz um recorte de raça no cenário da amamentação no Brasil. Por que as mulheres negras amamentam menos? Ao analisar os dados das mães que trabalham de maneira informal, o desmame pode acontecer de forma ainda mais precoce. Segundo a pesquisa Estatísticas de Gênero do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2019, menos da metade (49,7%) das mulheres negras que são mães de crianças de até três anos de idade estavam inseridas no mercado de trabalho. O percentual de mães brancas de crianças da mesma idade, inseridas no mercado de trabalho, era de 62,6%



<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/por-que-precisamos-de-uma-semana-de-apoio-a-amamentacao-negra/>



Educação antirracista: escola pública homenageia mulheres negras | Portal Lunetas

Na Escola Municipal de Educação Infantil Nelson Mandela, na zona norte de São Paulo, cada sala de aula leva o nome de uma personalidade negra brasileira. Contar as experiências positivas na escola é uma boa saída para abordar o tema da Educação Infantil e sua importância. Além disso, as escolas e educadoras se sentem representadas e valorizadas, gostam de ter suas histórias e trabalhos públicos.



<https://lunetas.com.br/emei-nelson-mandela-mulheres-negras/>

índice

mural de experiências



Conversa de Portão #45: Marcas da pandemia na primeira infância

O que é cuidar de uma criança na primeira infância sozinha, a falta que a escola faz e o impacto econômico nas famílias são algumas das questões levantadas na reportagem que ouviu mães solo.

POR REDAÇÃO | 10/08/2021



Existem hoje, no Brasil, 11 milhões de mulheres em maternidade solo. Elas são responsáveis pelo sustento financeiro e por todo o cuidado e educação dessas crianças.

Neste episódio do Conversa de Portão, a jornalista Mayara Penina entrelaça a história de mulheres negras, mães solo e especialistas sobre o impacto da pandemia no desenvolvimento das crianças de zero a seis anos. O que é cuidar de uma criança sozinha, a falta que a escola faz, o impacto econômico nas famílias e a saúde mental das mulheres e das crianças são algumas das questões levantadas.

Marcas da pandemia na primeira infância | Nós, mulheres da periferia

Reportagem em áudio acompanhou mães solas periféricas durante o período mais restrito de isolamento social, o que é cuidar de uma criança na primeira infância sozinha, a falta que a escola faz e o impacto econômico nas famílias são algumas das questões levantadas na reportagem. O conteúdo demonstra como é necessário uma rede de proteção (escola, saúde, economia) para que as crianças se desenvolvam integralmente. Mostra também como é necessário o empoderamento financeiro das mães.



<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/conversa-de-portao-45-marcas-da-pandemia-na-primeira-infancia/>

índice

mural de experiências



O impacto da pandemia nas crianças imigrantes de Guaianases, na zona leste de SP | Agência Mural

Em São Paulo, 6 mil estudantes da rede pública são estrangeiros. Além das dificuldades em se adaptar com a língua, a pandemia impôs novas dificuldades como a falta de acesso à internet, falta de acompanhamento e, por fim, a falta de alimentação em famílias que sobreviviam com o trabalho informal. O jornalista ouviu as crianças e as famílias, além do poder público. Um bom exemplo de como contar histórias e ouvir crianças e famílias com cuidado.



<https://www.agenciamural.org.br/especiais/criancas-imigrantes-pandemia-sp/>



O coronavírus e a infância: o que as crianças compreendem daquilo que ninguém entendeu ainda | Uol

A reportagem ouviu crianças de todas as regiões do Brasil para entender como elas estavam se sentindo e quais suas ideias para o fim da pandemia naquele momento. As entrevistas foram feitas à distância e foi usado o recurso do desenho, uma saída para que as crianças demonstrassem sua percepção.



<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/como-as-criancas-entendem-o-que-ninguem-compreendeu-ainda/>



Mortalidade materna: 'Bem nascer é um direito, não um privilégio' | Nós, mulheres da periferia

A reportagem conta a história de uma parteira da periferia e joga luz às reflexões sobre os direitos das mulheres ao parir e também a violência obstétrica contra os corpos de mulheres negras e periféricas.



[https://nosmulheresdaperiferia.com.br/
especiais/mortalidade-materna-bem-nascer-
e-um-direito-nao-um-privilegio/](https://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/mortalidade-materna-bem-nascer-e-um-direito-nao-um-privilegio/)

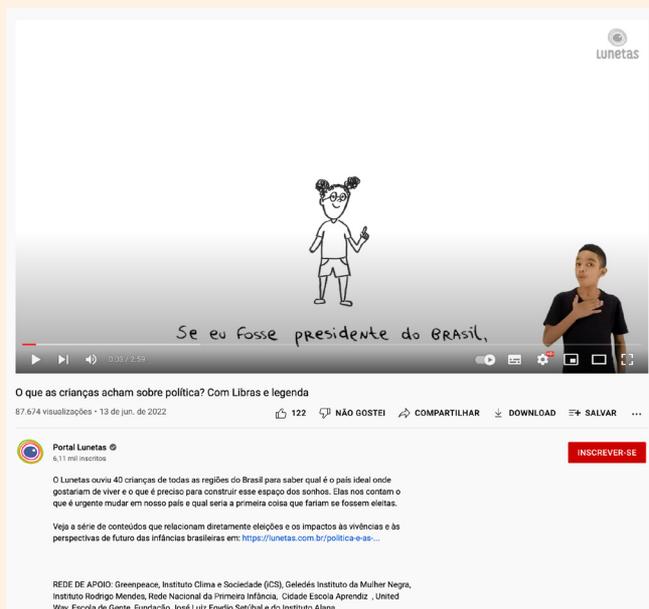


O que as crianças das periferias esperam das eleições 2018? **| Agência Mural**

Limpar o banheiro da praça no bairro, aumentar o tamanho da escola para mais alunos conseguirem estudar, tirar os animais das ruas, parar com os estupros e que os pais deixem de bater nos filhos. Estas são algumas propostas de crianças da zona leste de São Paulo ouvidas pela Agência Mural sobre o que esperam que mude com as eleições de 2018.



<https://www.agenciamural.org.br/criancas-e-eleicoes-2018/>



O que as crianças acham sobre política? | Portal Lunetas

O Lunetas ouviu 40 crianças de todas as regiões do Brasil para saber qual é o país ideal onde gostariam de viver e o que é preciso para construir esse espaço dos sonhos. Elas nos contam o que é urgente mudar em nosso país e qual seria a primeira coisa que fariam se fossem eleitas. Um material muito sensível e que se baseia apenas nas falas das crianças.



https://www.youtube.com/watch?v=kqKPu_JFqWM

COTIDIANO / Terça, 02 Março 2021 15:43

Entrevista: Mirtes transforma luto por morte de Miguel em luta

Nove meses após a morte precoce do filho, Mirtes Renata reinventa a rotina e ressignifica a dor e a saudade. Matriculada no curso de Direito, ela segue buscando Justiça e atuando na implementação do Instituto Menino Miguel, no Recife

Texto: Victor Lacerda / Edição: Lenne Ferreira / Imagens: Acervo pessoal



Entrevista: Mirtes transforma luto por morte de Miguel em luta | Alma Preta

Nove meses após a morte precoce do filho, Mirtes Renata reinventa a rotina e ressignifica a dor e a saudade. Esta reportagem integra uma série de reportagens sobre o racismo na infância produzidos pela Alma Preta. Um exemplo de acompanhar um caso e fazer uma cobertura intensa de todas as notícias e desdobramentos do acontecimento.



<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/mirtes-transforma-luto-por-morte-de-miguel-em-luta>

índice

mural de experiências



Com alta nos casos de Covid-19, fake news põem em risco vacinação de crianças em Manaus | Amazônia Real

Um jeito bem interessante de acolher as histórias e os medos das famílias. A matéria ouviu famílias que estavam receosas com a vacina, mas que depois de se informar decidiram vacinar. O texto fala sobre a importância da vacinação.



<https://amazoniareal.com.br/com-alta-nos-casos-de-covid-19-fake-news-poem-em-risco-vacinacao-de-criancas-em-manaus/>

REPORTAGENS

Quatro anos depois do surto do Zika, crianças com microcefalia não têm assistência adequada

Mariama Correia, em 06/08/2019, 08:55.



Crédito: Inês Campelo/MZ Conteúdo

"Estou desesperada". A mensagem que Nadja Bezerra, 45 anos, mandou pelo Whatsapp pouco antes desta reportagem ser publicada falava sobre o agravamento do quadro de saúde da filha dela, Alice. Aos três anos, a menina, que nasceu com microcefalia

Quatro anos depois do surto do Zika, crianças com microcefalia não têm assistência adequada | Marco Zero

De 2015 a 2018, menos de 30% das crianças com microcefalia associada ao Zika no Brasil receberam atendimento adequado considerando três eixos: puericultura (acompanhamento do desenvolvimento infantil), estimulação precoce e atenção especializada. Além da denúncia, a reportagem traz a importância da integralidade e do trabalho em rede para o cuidado das crianças.



<https://marcozero.org/quatro-anos-depois-do-surto-do-zika-criancas-com-microcefalia-nao-tem-assistencia-adequada/>

índice

mural de experiências



Desarticulação do atendimento no SUS prejudica crianças com microcefalia | Marco Zero

Desde 2015, quando o Ministério da Saúde decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional por causa do surto do vírus Zika, algumas medidas foram tomadas para fortalecer a rede de atenção. Em Pernambuco houve a descentralização e a ampliação da rede para atender os nascidos com microcefalia, de duas instituições para atualmente 34 unidades de referência. Ainda assim as famílias relatam dificuldades para marcar consultas e tratamentos. A investigação da Marco Zero também é um exemplo de acompanhamento de uma reportagem, não se limitando a dar uma notícia, mas de acompanhar o caso, os impactos das reportagens e seus desdobramentos.



<https://marcozero.org/desarticulacao-do-atendimento-no-sus-prejudica-criancas-com-microcefalia/>



Meninos garimpeiros | Amazônia Real

A história de jovens de comunidades ribeirinhas da região do Baixo Rio Madeira, em Rondônia, que passaram três anos sem acesso à escola. Em 2019 ficaram praticamente o ano letivo inteiro sem aulas devido ao caso de corrupção envolvendo a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a empresa de transporte escolar. Devido a situação muitos foram trabalhar nos garimpos. Com a pandemia e o desmonte da política de fiscalização ambiental esse quadro se agravou. A reportagem segue o princípio da criança como prioridade e responde onde estão as crianças diante deste cenário.



<https://amazoniareal.com.br/meninos-garimpeiros/>

Guias temáticos e Fontes

- ▶ [Cobertura de Educação no Contexto Eleitoral - Jeduca](#)
- ▶ [Guia de mídia e Direitos Humanos - Intervezes](#)
- ▶ [“Entrevistando Crianças - Education Writers Association](#)
- ▶ [Para cobrir educação inclusiva sem simplificações - Jeduca](#)
- ▶ [O jornalista na escola e ética na cobertura - Jeduca](#)
- ▶ [ECA para jornalistas - Rede Andi Brasil](#)
- ▶ [Como fazer cobertura jornalística sobre temas que envolvem violação dos direitos de crianças e adolescentes - Childhood](#)
- ▶ [Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia - ONU Mulheres](#)
- ▶ [Os 10 mandamentos da cobertura jornalística na periferia - Agência Mural](#)
- ▶ [Minimanual do jornalismo humanizado - Think Olga](#)

- ▶ [Exploração sexual de crianças e adolescentes - Guia de referência para cobertura jornalística - Andi](#)
- ▶ [Imprensa e Racismo - Rede Andi](#)
- ▶ [Primeira Infância em Pauta - Um guia para aprimorar a comunicação dessa fase fundamental da vida -](#)
- ▶ [Piores formas de trabalho infantil - Um guia para jornalistas](#)
- ▶ [Dicas para cobertura - Andi Comunicação e Direitos](#)
- ▶ [Agenda 227](#)
- ▶ [Como garantir boas respostas pela Lei de Acesso à Informação \(Jeduca\)](#)
- ▶ [Guia Primeira Infância em Pauta nas Eleições - Andi](#)
- ▶ [Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - República de Emaús](#)
- ▶ [Relatório Economia do Cuidado - Think Olga](#)

Agradecimentos

Clélia Rosa

Mayara Silva Souza

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Alma Preta

Amazônia Real

Marco Zero Conteúdo

Produção: Mayara Penina

Edição: Jéssica Moreira

Diagramação: Manuela Ribeiro

Revisão: Jéssica Moreira

Sobre o Nós, mulheres da periferia

O Nós, mulheres da periferia é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Em atividade desde 2014, o objetivo do veículo é democratizar o debate público e aproximá-lo da realidade brasileira, que tem uma população majoritariamente formada por mulheres negras.



Sobre a Fundação

Maria Cecília Souto Vidigal

Desde 2007, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal trabalha pela causa da primeira infância com o objetivo de impactar positivamente o desenvolvimento de crianças em seus primeiros anos de vida. As principais frentes de atuação da Fundação são a promoção da Educação Infantil de qualidade, o fortalecimento dos serviços de parentalidade, a avaliação do desenvolvimento da criança e das políticas públicas de primeira infância e a sensibilização da sociedade sobre o impacto das experiências vividas no começo da vida.



nós.
um jeito de ver o mundo



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal